

## **A INCLUSÃO SOCIAL PRESENTE NOS DISCURSOS DOS DIRIGENTES MUNICIPAIS DE ESPORTE/LAZER DA GRANDE-BH<sup>1</sup>**

**Tarcila Bretas Lopes**

Mestranda UFMG

**Meily Assbú Linhales**

Doutora UFMG

**Luciana Cirino Lages Rodrigues Costa**

Especialista UFMG/PBH

**Cássia Danielle Monteiro Dias Lima**

Graduanda UFMG

**Thiago Marques Pereira**

Graduando UFMG

### **RESUMO**

Este estudo aborda as representações relativas à idéia de inclusão social presentes nos discursos dos dirigentes municipais de Esporte/Lazer da Grande-BH. O propósito principal foi analisar a tensão inclusão/exclusão existente nos discursos e justificativas que fundamentam as práticas de gestão no setor. A construção analítica aqui apresentada é parte de um projeto maior que pretende identificar o perfil dos dirigentes municipais de Esporte/Lazer em 13 municípios constituintes do entorno da metrópole Belo Horizonte. A temática da inclusão social, com a diversidade de sentidos que ela agrega, foi o eixo norteador escolhido para orientar o presente estudo.

### **ABSTRACT**

This study deals with representations concerning the social inclusion idea inside the discourses of Sports/Leisure municipal managers from the region of “Grande BH”. The main purpose was to investigate the inclusion/exclusion tension found in the discourses and justifications that base the managing practices in this sector. The analysis here presented is part of a major project, which intends to identify the features of Sports/Leisure municipal managers from 13 towns surrounding the capital Belo Horizonte. The theme social inclusion, considering its several meanings, was the main point chosen to guide the present study.

### **RESUMEN**

Este estudio es acerca de las representaciones relativas a la idea de inclusión social presentes en los discursos de los dirigentes municipales de Deporte/Lazer de la Grande-BH. El propósito principal fue analizar la tensión inclusión/exclusión que ocurre en los discursos e justificativas que fundamentan las prácticas de administración en el sector. La construcción analítica acá presentada es parte de un proyecto mayor que pretende identificar el perfil de los dirigentes municipales de Deporte/Lazer en 13 municipios constituyentes de la metrópoli de Belo Horizonte. La temática de la inclusión social, con la diversidad de sentidos que ella agrega, fue el eje demostrador elegido para orientar el presente estudio.

---

<sup>1</sup> Este estudo é parte de um projeto de pesquisa desenvolvido pelo Núcleo da Rede CEDES na Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional da UFMG, por meio de um convênio firmado com o Ministério do Esporte.

Este estudo aborda as representações relativas à idéia de inclusão social presentes nos discursos dos dirigentes municipais de Esporte/Lazer da Grande-BH. O propósito principal foi analisar a tensão inclusão/exclusão existente nos discursos e justificativas que fundamentam as práticas de gestão no setor. A construção analítica aqui apresentada é parte de um projeto maior que pretende identificar o perfil dos dirigentes municipais de Esporte/Lazer em 13 municípios constituintes do entorno da metrópole Belo Horizonte. A temática da inclusão social, com a diversidade de sentidos que ela agrega, foi o eixo norteador escolhido para orientar o presente estudo.

## **REFLEXÕES A PARTIR DOS SIGNIFICADOS ATRIBUÍDOS À INCLUSÃO/EXCLUSÃO**

A partir do final do século XX, uma “nova lógica cultural” é ordenada sendo estimulada principalmente pela globalização e pela conseqüente abertura das fronteiras nacionais de mercado, produzindo modificações nos parâmetros do industrialismo. Alteram-se as relações de trabalho, de família, de Estado e, em um contexto amplo, a sociedade como um todo. Estas transformações geram o que Ricard Gomà (2004, p. 15) chamou de vetor de impacto. Para este autor, são três os vetores: de complexidade, de subjetivação e de exclusão. O vetor da complexidade conjectura a transformação de uma sociedade de classes para uma sociedade cruzada por “múltiplos eixos de desigualdade” tais como de gênero, étnico-culturais, relacionais, etc. Como subjetivação, o autor aponta a transposição de “âncoras coletivas de coesão” para uma lógica individualista com pouca “conexão coletiva” que se apresenta profundamente pluralista. Por último, o vetor exclusão indica a ruptura de parâmetros de integração social que deixam de ser operados pela divisão vertical de classes e passam a ser pautados na horizontalidade. Essas são referências que nos ajudam à operar com o conceito complexo de exclusão social.

Na sociedade francesa, primeira a empregar o termo, a exclusão social equivale a um momento de vulnerabilidade de massa pós-proteção social, proporcionada por uma crise de solidariedade e do Estado-de-Bem-Estar, tendo como conseqüência o esgotamento ou mutação da sociedade moderna (SCOREL, 1999, p. 70).

No Brasil, apesar de um contexto sócio-econômico diferente da França, a tensão inclusão/exclusão configura-se também como dilema contemporâneo. As causas se contextualizam em diferentes formatos e histórias de avanços e retrocessos marcam a trajetória democrática brasileira que, desde a descoberta das terras tupiniquins, vem sendo caracterizada por quadros de exploração. Nossas desigualdades sociais possuem raízes ancestrais simuladas de diferentes formas em diferentes épocas, como a escravidão. Dialogando com outros autores, Sara Scorel ressalta a idéia de que “o fenômeno exclusão é novo, mas é também parte de um processo, a última etapa de uma série de opções históricas, pela modernidade técnica nos quais se desprezaram os objetivos sociais” (1999, p. 71).

A partir dos anos 90, o crescimento da violência urbana e do contingente de moradores de rua destacou, no Brasil, a exclusão social como novo fenômeno (NASCIMENTO apud SCOREL, 1999, p.70). A forte recessão econômica causou uma piora das condições de vida, evidenciadas pela transição do regime autoritário para o democrático, revelando cenas cotidianas há muito tempo, mascaradas, escondidas ou mesmo não pronunciadas. Cenas de “cidadania de segunda classe” nas quais os direitos não se universalizam. A exclusão social engloba a pobreza, mas é um conceito de maior amplitude. É um fenômeno multifatorial e multidimensional não se restringindo às questões econômico-ocupacionais. Inclui: “isolamento dos indivíduos, abalo do sentimento

de pertencimento social, anomia, crise de vínculos sociais e de coesão social” (FILGUEIRAS, 2004, p. 26).

Já os estudos de Carla Carneiro acrescentam como constitutivos do fenômeno da exclusão a sua dimensão relacional e subjetiva e o seu caráter dinâmico. Para a autora, a idéia básica de exclusão social deve ser contextualizada a partir de características culturais de uma sociedade em um determinado tempo histórico. O termo assume significados distintos em diferentes sociedades e momentos. Nas relações sociais entre indivíduos, a exclusão se manifesta. No que se refere à dimensão subjetiva, a autora considera “aspectos relacionados a valores, condutas e atitudes que acabam por reforçar a condição de vulnerabilidade” (2005, p. 10). Sentimentos como perda de auto-estima, baixa expectativa de vida e apatia agem minando uma possível atitude de mudança perante o quadro de abalo social. Estes indivíduos passam a não apresentar reações frente às mazelas societárias vividas. Simboliza ainda um processo dinâmico envolvendo expectativas sobre o futuro. “A dimensão do tempo é central”, o que possibilita a identificação dos fatores geradores da exclusão bem como a formulação de estratégias para minimizá-los ou mesmo extingui-los.

Se esse quadro social, com causas e características definidas, provoca por um lado indignação, por outro, aponta possíveis caminhos que o Estado, como grande provedor de igualdade deveria trilhar. Existe uma necessidade clara de adoção de políticas públicas capazes de minimizar as vulnerabilidades para evitar que o fenômeno da exclusão continue se consumando. Zaluar (1997, p. 10) diz que as políticas públicas “dever-se-iam ocupar de prevenir a exclusão mais do que reinserir os excluídos, de criar uma sociabilidade positiva mais do que de remediar a sociabilidade negativa”. Porém, no quadro social vivenciado atualmente no Brasil é notável a urgência de incluir, uma grande parcela da sociedade, que já se apresenta em um quadro de exclusão social similar aos termos até aqui discutidos e que se encontram em um nível extremo de ruptura, necessitando de um mínimo capaz de mantê-las com suas funções vitais preservadas.

Neste sentido, parece também necessário notar que as políticas públicas de combate à exclusão devem ser direcionadas almejando mais a intersectorialidade do que a fragmentação, uma vez que a exclusão apresenta características multicausais. Existe ainda a necessidade de que as políticas redistributivas que se movimentam em uma sociedade de classes sejam somadas à necessidade de se atuar minimizando as vulnerabilidades apresentadas em diferentes formatos. Por fim, vale ressaltar a questão da participação social, pois “não se avançará na consolidação das garantias sociais enquanto a sociedade civil não encaminhar um projeto solidário nessa direção” (SPOSATI, 1998, p. 07).

Dialogando com este quadro de referência, buscamos discutir as políticas de Esporte/Lazer confrontando-as com a realidade da exclusão social. Procuramos construir um olhar que tematizasse o acesso ao Esporte/Lazer como direito de cidadania e essa escolha desdobra por caminhos que refletem sobre a oferta de qualidade e sobre os interesses implícitos na sua abordagem política. Requer ainda um deslocamento da visão que não retire do ser social sua capacidade crítico/transformadora e não o submeta ao julgo de um imaginário simbólico adotado por um modo de vida específico.

## **PERSPECTIVAS DE ATUAÇÃO DO ESTADO E O DIREITO AO ESPORTE/LAZER**

O esporte e o lazer constituem dimensões da vida social que, ao longo do Século XX, foram gradativamente incorporadas como formas modernas de expressão cultural. Como práticas cotidianas e coletivas foram também assumidas como setores de gestão pública, como responsabilidades na agenda do Estado. Ambos, fenômenos do mundo moderno, passam a fazer parte da vida das cidades na medida em que compõem projetos de

urbanização, típicos das sociedades industrializadas e de massa. Produções destes contextos contribuem produzindo uma nova ordem cultural, novas identidades e costumes. Práticas que marcam o dia-a-dia das cidades e, por decorrência, passam a marcar também as ações públicas. Demandam infra-estrutura, serviços e regulações; compõem plataformas eleitorais e planos de governo. Participam, assim, das relações sociais como práticas culturais legitimadas pela sociedade, pelo Estado e também pelo mercado.

Em uma perspectiva regulatória, a atuação do Estado busca organizar estes setores da vida social e legislar sobre os interesses de grupo e de mercado. No Brasil, a regulação de um sistema esportivo toma contornos estaduais e municipais desde as primeiras décadas do século XX. No âmbito federal surge, na década de 1930, a primeira legislação de abrangência nacional (MANHÃES, 1986 e LINHALES, 1996). Desde então, a regulação estatal do setor esportivo vem sendo problematizada e reformulada de acordo com os interesses e pressões que a sociedade consegue, ou não, fazer representar nos níveis federal, estadual e municipal.

Quanto ao lazer, embora não haja um sistema nacional que o regule, merecem destaques as políticas e os programas desenvolvidos nos diferentes níveis de atuação do Estado, em diferentes tempos históricos (GOMES, 2003 e LINHALES, 1996). Também relevante é o fato da Constituição em vigor desde 1988, apresentá-lo como um dos Direitos Sociais. (Cap.II, Art. 6º)

Para além da dimensão regulatória, o esporte e o lazer foram também tomados como “objeto” ou como “veículo” de programas públicos, em geral fortemente impregnados de proposições compensatórias e funcionalistas (MARCELLINO, 1987). Ações de Estado frequentemente vinculadas às políticas de saúde, educação, segurança, previdência social, entre outras.

Passando assim a compor o desenho institucional do Estado e a sua agenda de responsabilidades, o esporte e o lazer ora aparecem como setores subordinados à educação, à cultura, etc., ora aparecem com estrutura e institucionalidade próprias expressando a aquisição de uma relativa autonomia. Estes formatos variam muito, em função da história política dos vários estados e municípios: os projetos de governo, os avanços ou retrocessos no estabelecimento de políticas sociais, as concepções de esporte e lazer que orientam as ações, os interesses eleitorais, os quadros técnicos. Expressões cotidianas da diversidade política brasileira, do longo processo de consolidação do estado democrático e também de algumas fragilidades próprias ao setor de esporte e lazer.

Nos últimos anos observamos avanços significativos nos processos de incorporação do esporte e do lazer na agenda pública e na democratização das relações Esporte/Lazer, Estado-Sociedade. Principalmente no âmbito federal e também em alguns municípios especialmente comprometidos com processos de inclusão e democratização social. Inúmeras experiências de gestão podem revelar tais avanços, mas

“não seria sensato imaginar que os tradicionais sistemas táticos que barganham votos distribuindo jogos de camisa e construindo alambrados para campos de futebol seja coisa do passado. Eles estão mais renovados do que nunca. Com frequência assumem ares de modernização, quando a divulgação de ações relativas à gestão de políticas para o setor vem acompanhada de informações técnicas que reduzem a avaliação de tais ações aos cálculos de relação custo benefício.” (LINHALES, 2001, p.31)

Tem sido também recorrente o fato de alguns governos adotarem como suas prioridades no setor de Esporte/Lazer as exigências da indústria esportiva e de entretenimento, mercados em franca expansão globalizada. São políticas que se expressam como ações subsidiárias e de suporte aos projetos econômicos, muito mais do que de

regulação de interesses ou minimização das desigualdades inerentes ao que Fernando Mascarenhas analisou como “*mercolazer*” (2004).

Temos hoje uma trama complexa orientando e sendo orientada por vários atores, entre eles os gestores públicos, envolvidos com o Esporte/Lazer. Essas práticas comportam tensões e contradições e nelas são também produzidas representações sobre o que sejam as políticas de Esporte/Lazer bem como sobre as relações que estas estabelecem com os processos de inclusão/exclusão social.

## **A INCLUSÃO/EXCLUSÃO SOCIAL NO DISCURSO POLÍTICO DOS GESTORES DA GRANDE-BH**

A Grande-BH, segundo o Plano Estratégico, é constituída por treze municípios que interagem cotidianamente: Belo Horizonte, Betim, Contagem, Confins, Ibirité, Lagoa Santa, Nova Lima, Pedro Leopoldo, Ribeirão das Neves, Sabará, Santa Luzia, São José da Lapa e Vespasiano. Nessa área estão concentrados 92,3% da população e 87,6% do PIB da Região Metropolitana abrangendo 30% da área total da região (INSTITUTO HORIZONTES, 2002, p.23). A cidade com maior área física é Nova Lima e a menor, Confins. Contudo o maior montante populacional se localiza na capital – Belo Horizonte com 2.238.526 habitantes.

No processo de realização da pesquisa “Perfil dos Dirigentes Municipais de Esporte/Lazer da Grande-BH”, visitamos, durante 06 meses, todas as 13 prefeituras, realizando um total de 12 entrevistas semi-estruturadas com os seus respectivos gestores de Esporte/Lazer ou alguma pessoa indicada por eles<sup>2</sup>. O roteiro de entrevista orientava-se por 07 questões e para a análise e compilação dos dados elegemos 14 eixos norteadores pautados no próprio roteiro e em temas externos a ele que julgamos de relevância quando mencionados pelos entrevistados.

Dentre estes temas relevantes a inclusão social foi mencionada por 07 das 12 prefeituras entrevistadas tornando objeto de investigação para o recorte estabelecido neste trabalho. Observamos que o discurso de inclusão está disseminado entre os gestores e extrapola tendências no espectro partidário. Dessas 07 prefeituras, 03 são geridas atualmente pelo PT, 02 pelo PSB, 01 pelo PL e 01 pelo PFL. Estas apontam como um dos objetivos principais de sua gestão, a elaboração de políticas públicas de Esporte/Lazer com vistas à promoção da inclusão social. Este posicionamento é retratado a seguir:

*Em 2000, aqueles projetos iniciados em 93 foram transformados em programas permanentes, todos eles voltados para a inclusão social por meio da prática esportiva. O que nós perseguimos hoje é inclusão social (gestor da Cidade A).*

*Seria interessante ele [o esporte] estar aqui [secretaria de educação] para a gente trabalhar nessa perspectiva do esporte e do lazer para o jovem e com muito vínculo com a Educação. De forma inclusiva. É de forma inclusiva. [...]E dentro dessa perspectiva da inclusão (gestor da Cidade D).*

*O foco é a inclusão social, a gente trabalha dentro dessa vertente de inclusão social. Uma vez que detecta o talento a gente tenta ajudar (gestor da Cidade J).*

---

<sup>2</sup> A cidade de Lagoa Santa, na época, vivia um processo de cassação política sendo o então prefeito exonerado do cargo. Por esta razão não realizamos a entrevista nessa cidade uma vez que a Secretaria de Esportes estava sem gestor.

Será que nessas diferentes realidades o termo inclusão social quer dizer a mesma coisa? Como explicitado anteriormente, ele retrata um fenômeno de raízes históricas que perpassa pela manutenção de condições mínimas de sobrevivência, de cidadania e de representação social. Entretanto, atualmente vem sendo utilizado para relatar situações diversas que não chegam a exprimir a profundidade analítica presente na questão. Nas entrevistas realizadas, o termo foi comumente utilizado como sinônimo de assistência e paternalismo tornando-se inadequado e, por vezes, ineficaz na explicitação da questão em voga. A inclusão social foi também utilizada para retratar iniciativas tais como: “*abrir espaço para a federações que estavam... estão, todas sumidas*”(gestor da Cidade A).

Notamos ainda que o Esporte/Lazer é apresentado menos como um direito de cidadania e mais como um instrumento, recurso ou estratégia para a promoção do que está sendo chamado de “inclusão social”. Nesses termos, reproduz-se o discurso da “sociedade do trabalho” que para vivenciar o Esporte/Lazer necessita atrelá-lo a outros setores como forma de justificativa para o “tempo não produtivo”.

*Porque nós somos a Secretaria de Esportes e usamos o esporte para fazer inclusão social. Pelo fato de tudo está voltado para a inclusão social, então o que ocorre... Eu acho que a política é a seguinte: que o orçamento seja pequeno, mas pelo fato de a gente estar na área social a gente tem condições de buscar mais coisas (gestor da Cidade A).*

*E o Esporte no governo anterior, ele era uma Secretaria, era SELT. E nesse governo foi discutido muito a questão de estar colocando o esporte mais em uma perspectiva social mesmo. E aí entendeu-se a possibilidade para desenvolver melhor uma política nessa perspectiva, que tivéssemos desenvolvimento social. Aí ela foi e ficou os seis primeiros meses no desenvolvimento social. Seis, sete meses lá. E veio para Educação no entendimento que, em uma articulação com a Educação, que é uma área que atende a grande maioria de jovens, e crianças da população, que seria interessante ele estar aqui para a gente trabalhar nessa perspectiva do esporte e do lazer para o jovem e com muito vínculo com a Educação (gestor da cidade D)*

Percebe-se aqui que o gestor relacionou o Esporte/Lazer ao setor de desenvolvimento social e ao setor de educação para justificá-lo como um direito social.

Ainda nessa perspectiva, justifica-se a política pública de Esporte/Lazer por meio do “bom rendimento” na escola. Este é um condicionante bastante utilizado nos discursos de inclusão social e que acaba produzindo uma espécie de dupla exclusão, quem não vai bem na escola não participa do programa esportivo:

*Então, muitos professores principalmente daqui que está mais perto eles falam: “olha o fulano está matando aula, o fulano está indo mal”. E aí a gente chama atenção dele “você só vai continuar no projeto se tirar nota boa, se tiver indo bem”. Então, o objetivo principal é socialização, tirar os meninos da rua mesmo, porque aqui tem crianças que tem oito anos e toma conta de outro de dois por que a mãe sai para trabalhar. Então, a gente quer oferecer atividades para essas crianças não ficarem sozinhas (gestor da Cidade I).*

Outra questão pertinente é a repetição do discurso amplamente difundido de que Esporte/Lazer é capaz de “tirar” as crianças das drogas, do crime organizado e das ruas. No Brasil, como já foi relatado anteriormente, a questão da exclusão social foi evidenciada a partir das “crianças de rua” e nesta corrente o Esporte/Lazer incorporou o papel de

salvador, de antídoto capaz de solucionar o problema: *a gente tenta oferecer isso como socialização, tirar os meninos da rua, porque quando eles saem da escola a mãe não está em casa está trabalhando e, então, ele fica na rua (gestor da Cidade I).*

Slogans como “esporte é saúde”, “esporte e droga não combinam” foram amplamente difundidos e através de um viés utilitarista e funcionalista do direito delegam a este setor uma função passível de nunca ser alcançada, já que a questão social é muito mais ampla e não perpassa somente o acesso ao Esporte/Lazer. Assim sendo, freqüentemente acontece uma mitificação do poder do esporte e do lazer nos processos de superação das desigualdades sociais, o que denominamos de efeito “Ronaldinho Gaúcho”. Alguns gestores citaram esse jogador como inspiração e modelo para os programas que desenvolvem. Ao mesmo tempo que os discursos sinalizam como responsabilidade do Estado minimizar a desigualdade social, eles tomam como referência um modelo de superação de problemas por mérito individual.

*Uma das melhores coisas que existe é o esporte. Sem o esporte... o esporte é vida como se diz. O esporte é vida. E através do esporte você pode, vou dar um exemplo, hoje que está na mídia aí: o Ronaldinho Gaúcho. Muitos aqueles que... O Ronaldo Fenômeno, aparece. Então o que é? Através do esporte existe esse fenômeno que acontece. E sabendo trabalhar a garotada, para tirar eles do mundo das drogas e da perdição. Porque a vida oferece muitas coisas, o lado bom e o lado ruim. Então, a gente tem que ajudar a estar separando esse tipo de coisa (gestor da Cidade C).*

*E um incentivo hoje que gera dinheiro. Você vê um jogador de futebol hoje, às vezes não sabe ler, não sabe escrever, mas sabe jogar bola e ganha muito dinheiro. Nós temos vários exemplos em relação a isso (gestor da Cidade E).*

A disciplinarização dos corpos e das condutas foi também um assunto recorrente entre os gestores. É um assunto que vem sendo discutido no âmbito da recreação e do lazer, pois nas sociedades globalizadas esse controle apresenta-se de uma maneira sutil e como pré-requisito para uma vida contemporânea em sociedade. É clara a confusão de ordem educacional. Confunde-se inclusão com domesticação e disciplinamento quando em pauta está aquela população que é considerada “incivilizada”:

*Em função do perfil dos alunos que estão em situação de risco pessoal a gente tenta resgatar a cidadania, ajudar mesmo na formação do indivíduo, do cidadão através dessas atividades. Com certeza eu não tenho dúvida. A própria organização, as atividades por si só e a parceria que existe entre os profissionais envolvidos no atendimento. Essas crianças, geralmente, chegam aqui com... Muito agressivas e um comportamento talvez bem anti-social. E na forma, no padrão de atendimento aqui, a forma que a gente trabalha com pouquíssimo tempo já se nota uma melhora significativa (gestor da Cidade J).*

Também vale notar uma ênfase na idéia de que a ampliação e a democratização dos espaços públicos constituem possibilidades de inclusão social. Embora possamos tomar essa premissa como plausível, não consideramos pertinente o discurso que restringe ao ordenamento dos espaços a solução do problema da exclusão. Alguns gestores parecem estar atentos a necessidade de problematizar tal questão:

*[...] E estar fazendo isso como uma forma das pessoas terem acesso [...] E a gente teve um orçamento da revitalização desses vários campos e dessas várias praças e vamos fazer um cronograma para saber por onde vamos começar,*

*como vamos fazer e com certeza é dar atendimento, principalmente, nas áreas de vulnerabilidade social (gestor da Cidade D).*

Encontramos ainda, nos discursos analisados, argumentos que se aproximam da idéia de esporte e lazer como direitos em processo de construção como oportunidade e experiência para a cidadania.

*E é claro para eles hoje que o objetivo não é esse, que o objetivo é o menino se sentir feliz com a atividade que ele está fazendo, é ele se integrar, poder participar. Todas as vezes que ele for lá, ele ter direito a jogar (gestor da Cidade I).*

*a gente tenta resgatar a cidadania, ajudar mesmo na formação do indivíduo, do cidadão através dessas atividades. (gestor da Cidade J).*

*Porque se ele quiser ser um atleta no futuro tudo bem, mas a nossa preocupação é que ele seja primeiro um cidadão para depois ser um campeão. Esta é a nossa filosofia aqui dentro da Esportes (gestor da Cidade B).*

## **OUTRAS PONDERAÇÕES**

A análise do tema proposto nos discursos dos dirigentes evidenciou a diversidade de abordagens do termo inclusão social e de seu oposto, o dilema da exclusão, tomada como um dos principais desafios e justificativas para as políticas sociais brasileiras. Tanto as abordagens teóricas sobre o tema quanto os exemplos oriundos da prática mostram que este horizonte é muito mais amplo merecendo um refinamento do olhar na medida em que este problema nos incita a pensar caminhos para a diminuição de vulnerabilidades. Acreditamos que o direito ao Esporte/Lazer, como condição de cidadania e como premissa à qualidade de vida, pode participar na reconstrução de uma lógica cultural mais igualitária e ao mesmo tempo mais plural.

## **REFERÊNCIAS**

CARNEIRO, Carla Bronzo Ladeira. Concepções de pobreza e suas implicações para o desenho de programas voltados para famílias em situação de vulnerabilidade social: pontos para reflexão. In: XII CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 2005.

ESCOREL, Sarah. *Vidas ao Léu: trajetórias de exclusão social*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1999.

FILGUEIRAS, Cristina Almeida Cunha. Exclusão, Risco e Vulnerabilidade: desafios para a política social. In: CARNEIRO, Carla Bronzo Ladeira; DINIZ, Bruno Lazzarotti. *Gestão Social: o que há de novo?* Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, v 01, 2004.

GOMÀ, Ricard. Processos de Exclusão e Políticas de Inclusão: algumas reflexões conceituais. In: CARNEIRO, Carla Bronzo Ladeira; DINIZ, Bruno Lazzarotti. *Gestão Social: o que há de novo?* Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, v 01, 2004.

GOMES, Christianne Luce. Significados de recreação e lazer no Brasil: Reflexões a partir da análise de experiências institucionais (1926-1964). Belo Horizonte: Faculdade de Educação/UFMG, 2003. (Doutorado em Educação)

INSTITUTO HORIZONTES. *Plano Estratégico da Grande Belo Horizonte*. Estrutura, Dados e Bases do Diagnóstico da Grande Belo Horizonte. Vol. 1 Organização Físico Territorial, dezembro de 2002. Arquivo extraído do site do Instituto Horizontes ([www.institutohorizontes.org.br](http://www.institutohorizontes.org.br)).

LINHALES, Meily Assbú. Jogos da política, jogos do esporte: subsídios à reflexão sobre políticas públicas para o setor esportivo. In: MARCELLINO, Nelson Carvalho (org.) *Lazer e esporte: políticas públicas*. Campinas, SP: autores Associados, 2001.

\_\_\_\_\_. A trajetória política do esporte no Brasil: interesses envolvidos, setores excluídos. Belo Horizonte: FAFICH/UFMG, 1996. (Mestrado em Ciência Política).

MANHÃES, Eduardo Dias. Política de esporte no Brasil. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

MARCELLINO, Nelson. Lazer e Educação. Campinas: Papirus, 1987.

MASCARENHAS, Fernando. "Lazerania" também é conquista: tendências e desafios na era do mercado. Movimento, Porto Alegre, v. 10, n. 2, p. 73-90, maio/ago. 2004.

OLIVEIRA, Luciano. Os Excluídos Existem? Notas sobre a elaboração de um novo conceito. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, ano 12, nº 33, fevereiro, 1997.

SPOSATI, Aldaíza. Exclusão Social Abaixo da Linha do Equador. In: SEMINÁRIO EXCLUSÃO SOCIAL, 1998, São Paulo:USP.

ZALUAR, Alba. Exclusão e Políticas Públicas: dilemas teóricos e alternativas políticas. In: *Revista Brasileira de Ciências Sócios*, São Paulo, v. 12, nº. 35, 1997.